



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE SERGIPE

revista
tempos e espaços
em educação

JANEIRO | JUNHO - 2012

ISSN 1983-6597



Editora UFS



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE SERGIPE

revista
tempos e espaços
em educação

JANEIRO | JUNHO - 2012

ISSN 1983-6597



Editora UFS

São Cristóvão | 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Angelo Roberto Antonioli
REITOR

André Maurício Conceição de Souza
VICE-REITOR

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Péricles Moraes de Andrade Júnior
COORDENADOR DO PROGRAMA EDITORIAL

Germana Gonçalves de Araujo
COORDENADORA GRÁFICA DA EDITORA UFS

O CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UFS

Adriana Andrade Carvalho	Leda Pires Correa
Albérico Nogueira de Queiroz	Maria Batista Lima
Ariovaldo Antônio Tadeu Lucas	Maria da Conceição V. Gonçalves
Dilton Candido Santos Maynard	Maria José Nascimento Soares
Eduardo Oliveira Freire	Péricles Moraes de Andrade Júnior
José Raimundo Galvão	Vera Lúcia Correia Feitosa

Débora Santos Santana
CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA



Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.
Telefone: 2105 – 6922/6923. e-mail: editora@ufs.br
www.ufs.br/editora editoraufs.wordpress.com

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Editora.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Número 08, janeiro/junho 2012 | ISSN: 1983-6597

A REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO é uma publicação destinada ao público acadêmico da área de Educação.

Os conteúdos dos artigos são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que devidamente citada a fonte.

Editora

Eva Maria Siqueira Alves

Editor Assistente

Fábio Alves

Conselho Editorial

Ana Maria Freitas Teixeira - Universidade Federal de Sergipe
Bruno Bontempi Júnior – Universidade de São Paulo
Écio Antônio Portes – Universidade Federal de São João Del Rei
Edmilson Menezes - Universidade Federal de Sergipe
Henrique Nou Schneider - Universidade Federal de Sergipe
Iran Abreu Mendes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Jorge Carvalho do Nascimento - Universidade Federal de Sergipe
Luiz Eduardo Oliveira - Universidade Federal de Sergipe
Margarida Louro Felgueiras – Universidade do Porto, Portugal
Maria Helena Santana Cruz - Universidade Federal de Sergipe
Maria Inêz Oliveira Araujo - Universidade Federal de Sergipe
Ronalda Barreto Silva – Universidade do Estado da Bahia
Paulo Sérgio da Costa Neves - Universidade Federal de Sergipe
Sônia Meire Azevedo de Jesus - Universidade Federal de Sergipe

Pareceristas ad hoc deste número

Marlécio Maknamara Cunha
Maria José Nascimento Soares
Marco Antonio Barzano
Leda Maria de Almeida
Fabiano Ferreira de Castro
Marizete Lucini
Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho
Rosa Maria Feiteiro Cavalari
Suely Cristina Silva Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Angelo Roberto Antonioli

REITOR

André Maurício Conceição de Souza

VICE-REITOR

Marcus Eugênio Oliveira Lima

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Profª Drª Eva Maria Siqueira Alves

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Prof. Dr. Edmilson Menezes Santos

VICE-COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Correspondências e assinaturas:

Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

Editor: Profª Drª Eva Maria Siqueira Alves

Cidade Universitária José Aloísio de Campos

Avenida Marechal Cândido Rondon

CEP: 49000-000 – São Cristóvão – SE

Tel: (79) 2105 6856

E-mail: npged@ufs.br

Homepage: <http://www.ufs.br>

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Revista Tempos e Espaços em Educação / Núcleo de Pós-Graduação em Educação,
Universidade Federal de Sergipe. – n.8 (jan./jun. 2012)- . – São Cristóvão :
Editora UFS, 2011-

Semestral

ISSN: 1983-6597

1. Educação. 2. Educação ambiental. 3. Educadores. I. Universidade Federal de
Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Educação

CDU 37

Esta Revista é integrante da Plataforma dos Periódicos Eletrônicos/ UFS (www.posgrap.ufs.br/periodicos) e conta com o apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

Política Editorial

A Revista Tempos e Espaços em Educação é uma Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, com contribuições de autores do Brasil e do exterior. Publica trabalhos em educação e ciências humanas sob a forma de artigo, relato de pesquisa e resenha de livro.

Pede-se permuta

Se pide canje

We ask for exchange

On demande l'échange

Man bittet um Austausch

Si richiede lo scambo

Sumário

ARTIGOS

DA PRÁTICA PARTICIPATIVA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: ANÁLISES DE PROPOSTAS FORMATIVAS DE EDUCADORES AMBIENTAIS DA BAIXADA FLUMINENSE	11	<i>Aline Lima de Oliveira</i> <i>Mauro Guimarães</i>
AMBIENTE, EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE	27	<i>Maria da Conceição Pereira Ramos</i>
MEIO AMBIENTE, TRANSPORTES E POLUIÇÃO	41	<i>Olívio Patrício</i>
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA UNIDA- DE DE SAÚDE JOÃO BEZERRA EM ARACAJU - SERGIPE	57	<i>Valéria Barreto Soares</i> <i>José Adelmo de Oliveira</i>
OS MAPAS MENTAIS COMO SUPORTE À CARTOGRAFIA: UM ESTUDO COM FUTUROS PEDAGOGOS	65	<i>Ana Luzia de Barros Andrade Marques</i> <i>Deise Juliana Francisco</i>
FORMAÇÃO CONTINUADA NO AMAPÁ: AS PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES SOBRE O ENCONTRO PEDAGÓGICO DOS MUNICÍPIOS	75	<i>Elidete Coelho Bezerra</i> <i>João Augusto Gentilini</i>
A PEDAGOGIA INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO DOCEN- TE PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – COMPRO- MISSO SOCIAL DAS IES NO BRASIL	95	<i>Maria Josefa de Menezes Almeida</i>
PROCESSO DE BOLONHA E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	107	<i>Maria Neide Sobral</i> <i>Natália Ramos</i>
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	117	

Ambiente, Educação e Interculturalidade

Maria da Conceição Pereira Ramos

Resumo

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas faz-se acompanhar por desafios ambientais crescentes. As questões do ambiente são uma preocupação central em nível mundial e a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável suscita a pertinência da consideração das relações entre educação, emprego, ambiente e responsabilidade social. A preservação ambiental não está dissociada do modelo económico e da ética a que estamos submetidos. A promoção da pluridisciplinaridade é importante para a melhoria da prevenção dos riscos ambientais, sendo a participação dos especialistas das diferentes ciências essencial para a promoção da sustentabilidade e o diálogo entre os diferentes saberes e práticas. Através de uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar analisam-se as seguintes questões: desenvolvimento sustentável; migrantes e refugiados ambientais; ética e responsabilidade socioambiental; economias e empregos verdes; educação e formação ambiental. É necessário prosseguir os esforços ao nível educativo e da cidadania, nomeadamente nos domínios da consciencialização ambiental, da educação e da formação. A investigação do tema ambiente, educação e interculturalidade é multifacetada e multidimensional, proporcionando uma ampla margem de inovação na intervenção e na educação.

Palavras-Chave: Educação ambiental e empregos verdes; Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social; Migrantes ambientais

Environment, Education And Interculturality

Abstract

As contemporary societies develop, they are faced with growing environmental challenges. Environmental issues are a key concern globally and when sustainable development strategies are adopted, the relationship between education, employment, environment and social responsibility must be considered. Environmental conservation is linked to our economic and ethical model, which means a multidisciplinary approach should be promoted to help prevent environmental hazards. It is therefore essential for specialists from the various scientific fields to participate in promoting sustainability and in discussion involving the different experiences and practices. Through an interdisciplinary and transdisciplinary approach, the following questions are analysed: sustainable development; environmental migrants and refugees; ethics and socio-environmental responsibility; green economics and employment; environmental education and training. Efforts must continue at the level of education and citizenship, particularly with regard to environmental awareness, education and training. Research into the theme of the environment, education and interculturality is multifaceted and multidimensional, providing a wide margin for innovation in intervention and education.

Keywords: Environmental education and green jobs. Sustainable development and social responsibility. Environmental migration.

Professora na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Portugal). Investigadora no Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), UAb (Portugal). Doutora em Ciência Económica pela Universidade de Paris I, Sorbonne (França). Mestre em Economia dos Recursos Humanos pela Universidade de Paris I, Sorbonne (França). Graduada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).

cramos@fep.up.pt

Introdução

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas faz-se acompanhar por desafios ambientais crescentes: poluição do ar e da água, riscos químicos e toxicológicos, riscos de acidentes industriais, por vezes de grande envergadura (Bhopal, Seveso, Tchernobyl, Fukushima, entre outros). As questões ambientais tornaram-se uma preocupação central em nível mundial, especialmente nos países desenvolvidos, assim como a tomada em consideração das interdependências económicas, demográficas, educativas e dos recursos naturais. Dentre os desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas, os problemas ambientais estão entre aqueles que de forma mais globalizada se apresentam. A temática ambiental tem evoluído nos diversos segmentos da sociedade como forma de autopreservação da espécie, ganhando visibilidade em nível global, assim como uma maior consciência ambiental, de modo a assegurar o desenvolvimento de maneira sustentável.

A partir do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, passou a existir um discurso que procura condicionar a busca de um novo modelo de desenvolvimento aliado à conservação do meio ambiente e à responsabilidade social. O estudo das relações entre educação, emprego, desenvolvimento económico, responsabilidade social e ambiente é da maior atualidade. É preciso analisar a questão da formação e do emprego no quadro da proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável, uma vez que o ambiente constitui um importante potencial de emprego e de formação. O sistema educativo tem um papel decisivo na satisfação das necessidades de qualificações, sendo necessário definir profissões estratégicas e formações prioritárias e fazer uma gestão antecipada das competências e das qualificações necessárias na área ambiental.

A investigação do tema ambiente é multifacetada, multidimensional e interdisciplinar, o que traz grandes desafios e proporciona uma ampla margem de inovação na intervenção e na educação.

Propomo-nos, neste artigo, abordar as seguintes problemáticas: ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e

diferentes dimensões da sustentabilidade; desafios atuais e culturais dos migrantes e refugiados ambientais face a mudanças climáticas e catástrofes ambientais; importância da ética empresarial e responsabilidade socioambiental no processo educativo; economias e empregos verdes, potenciais de crescimento e de formação; necessidade de educação, formação, gestão ambiental e cidadania. Trata-se de considerar importantes aspetos sociais e éticos da educação, da economia, da sociedade e da responsabilidade social das organizações e dos cidadãos, visando a obtenção de um desenvolvimento sustentável que respeite o ambiente natural e melhore a qualidade de vida.

Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, Local E Global - Sustentabilidade Ambiental, Económica, Social E Cultural

O desenvolvimento sustentável, local e global integra preocupações ambientais, económicas, sociais e culturais, por isso falamos de diferentes pilares da sustentabilidade: o ambiental, o sociocultural e o económico (Ramos, 2008, 2009). Neste artigo, focaremos principalmente no pilar ambiental, dada a particular relevância que tem vindo a assumir nos últimos anos.

Neste pilar, encontramos a necessidade de gerir os recursos a longo prazo, fruto da escassez dos mesmos e de alterações climáticas, muitas vezes associadas a catástrofes ambientais. No que se refere ao conceito de desenvolvimento sustentável, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, que fez ecoar num grande número de países estas questões, levando à divulgação, em nível internacional, deste conceito, proposto no relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, conhecido por *Relatório Brundtland*, um dos autores e coordenador do relatório. O conceito de desenvolvimento sustentável considera que o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras (WCED, 1987).

Podemos qualificar de sustentável todo o processo de transformação humana ou material que garante repro-

dução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo que também a economia terá que ser sustentável, sendo o social um dos seus atributos intrínsecos, de modo a gerir, permanentemente, a inclusão. A sustentabilidade deve ser entendida nas suas múltiplas vertentes, ambiental, económica e social, atingindo um desenvolvimento social e económico e preservando os recursos naturais e culturais. A Conferência das Nações Unidas teve subjacente a necessidade crucial de conciliar o desenvolvimento socioeconómico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

Para Leff (2001), os princípios da sustentabilidade surgem no contexto da globalização como marco de um limite que reorienta o processo civilizatório da humanidade.

O surgimento do conceito de ecodesenvolvimento, proposto por Ignacy Sachs em 1973, defendeu a possibilidade de crescimento, desde que de forma sustentada, implicando uma mudança de paradigma (Sachs, 1986). Este autor ampliou o conceito de *sustentabilidade*, envolvendo estas diferentes dimensões interligadas entre si: as dimensões social, ambiental, económica, espacial ou territorial, cultural e política, entre outras. Para Sachs (2002, p. 58), a sustentabilidade do desenvolvimento é um desafio planetário, que procura conciliar o interesse económico com os objetivos de políticas sociais e ambientais. Sachs (2004) assinala aspetos imprescindíveis para o desenvolvimento “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado”: a ênfase no mercado interno, estimulando o emprego em setores com baixo conteúdo de importações visando o desenvolvimento endógeno; a promoção de emprego decente e/ou autoemprego para todos, de forma a assegurar a sustentabilidade social e o crescimento económico. Com este objetivo são apontadas algumas políticas, como o incentivo ao emprego em atividades de conservação de energia e de recurso à reciclagem de materiais, à consolidação da agricultura familiar, ao estímulo do desenvolvimento rural e à pluriatividade.

A economia social e solidária é uma componente do desenvolvimento sustentável assistindo-se à expansão de iniciativas económicas diferentes das capitalistas, demonstrando que existem outras formas de produção

e consumo, regidas por lógicas sustentáveis e solidárias (Santos, 2003; Ramos, 2011a). O termo “economia solidária” pretende abranger elementos como a sustentabilidade, o meio ambiente, a diversidade cultural, o desenvolvimento local e uma outra mundialização. As organizações desta economia contribuem para o reforço da identidade local e têm potencial para colmatar desigualdades sociais e económicas e, simultaneamente, fomentar o desenvolvimento endógeno de base local e territorial, de importância crescente face às fragilidades territoriais incutidas pela globalização e aos problemas económicos, sociais, culturais, ambientais e políticos dela resultantes. O crescimento sustentável assenta na melhoria das formas de repartição do rendimento e na geração de “economias de inclusão” para introduzir dinâmicas sustentáveis na vida coletiva. O conceito de *economia solidária* também se associa à ideia de consumo consciente, à defesa do meio ambiente e à produção de orgânicos. À medida que se promove o consumo consciente, os recursos existentes no planeta são utilizados de forma mais adequada, evitando que se chegue a uma exaustão de recursos naturais (Bauman, 2011).

Na problemática do desenvolvimento local sustentável, há que satisfazer necessidades essenciais e qualidade de vida, economia e emprego, inclusão social, organizações democráticas e administração territorial, que evitem o êxodo das populações. O desenvolvimento local promove o dinamismo económico e está associado a processos de melhoria das condições de vida das pessoas que habitam num determinado território, através da sua participação e exercício de uma cidadania ativa (Ramos, 2011b). A noção de desenvolvimento local está relacionada ao desenvolvimento endógeno, à diversificação das atividades económicas e sociais e à conservação da paisagem cultural e natural. O desenvolvimento endógeno reforça a importância dos aspetos económicos, sociais e culturais da sustentabilidade, como pilares de uma situação territorial mais homogênea, reenviando para o conceito de ecodesenvolvimento de Sachs (2007, p. 64): “ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados

ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo”.

Há um alargamento da dimensão económica, com a percepção social do ambiente. As noções de ambiente e de natureza têm larga disponibilidade semântica, mesmo quando utilizadas no campo científico. Podemos referir uma definição ampla de “ambiente” enquanto “lugar determinado ou percebido no tempo onde os elementos naturais e sociais estão presentes em relações dinâmicas e em interação” (Reigota, 1995, p. 14).

Procura-se uma abordagem ecológica na mistura de visões naturalista, ecologia global e conceção crítica e alargada dos fenómenos económicos (Vivien, 1994). Economia e ecologia tentam abrir-se uma à outra. A economia é “bárbara” (Saint Marc, 1994) pela degradação alarmante do nosso ambiente físico e social, sendo necessário conceber o ambiente na base de uma nova ética. Em 1985, Passet mostrava o equilíbrio cósmico entre o mundo dos homens e o da natureza, analisava o ciclo e as formas das trocas que é preciso respeitar, caso a humanidade não se queira destruir a ela própria. A preservação e melhoria do ambiente, por serem inerentes ao aumento da qualidade de vida e defenderem o nosso património de recursos, são inerentes ao conceito de desenvolvimento.

Migrantes e Refugiados Ambientais – Desafios Atuais e Culturais

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios do século XXI e as suas respostas devem ser integradas nas estratégias nacionais, territoriais, locais e culturais de desenvolvimento. A degradação ambiental percebida pelo desequilíbrio ecológico e a desigualdade social advindas do processo de desenvolvimento socioeconómico impuseram à população mundial um ónus incalculável.

O processo das alterações climáticas e as múltiplas catástrofes naturais, como as secas ou as enchentes, e, a longo prazo, a desertificação ou a subida do nível médio da água do mar forçam milhões de pessoas a deslocar-se. O desenvolvimento sustentável reduz a vulnerabilidade

a catástrofes ambientais e alterações climáticas, podendo esta redução atenuar um dos importantes problemas atuais – o da migração forçada, ou dos chamados refugiados ambientais (IOM, 2008, 2009; Gemene *et al.*, 2011; Piguet *et al.*, 2011). Segundo a definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os refugiados ambientais são “pessoas que foram obrigadas a abandonar, temporária ou definitivamente, a zona onde tradicionalmente vivem devido ao visível declínio do ambiente (por razões naturais ou humanas), perturbando a sua existência e/ou a qualidade da mesma, de tal maneira que a subsistência entra em perigo”.

Ao longo da história sempre existiram, com maior ou menor intensidade, os movimentos populacionais, em resposta ao crescimento demográfico, às alterações climáticas e às necessidades económicas (Castles, 2005).

Até 2050, cerca de 200 milhões de pessoas poderão abandonar as suas cidades devido a alterações climáticas, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU). O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que, na atualidade, existam 25 milhões de refugiados ambientais.

Segundo um documento do Banco Mundial (World Bank, 1994), 10 milhões de pessoas são anualmente forçadas a deslocar-se pelos grandes projetos de desenvolvimento. Destes, 4 milhões seriam expulsas das suas terras e casas para dar lugar aos lagos artificiais criados por grandes barragens. Outras 6 milhões seriam forçadas à mobilidade compulsória por outros grandes projetos: renovação urbana, trabalhos rodoviários e ferroviários, polos industriais, entre outros.

Para o Banco Mundial, estes processos fazem parte da história natural do capitalismo e estão inscritos na evolução, tanto dos países industrializados, como dos países em desenvolvimento. Mas há que referir que esses projetos estão também inscritos nos processos de produção e reprodução da pobreza e da desigualdade a que as migrações/mobilidades forçadas estão, quase sempre, associadas.

O impacto dos fatores ambientais nos deslocamentos deve ter em conta as percepções socioculturais e as representações dessas ameaças pelas populações afetadas. A

mudança climática é vivida de forma diferente segundo as regiões e as categorias sociais afetadas, uma vez que a vulnerabilidade relativa ao ambiente é o resultado de fatores socioeconómicos, culturais e geográficos específicos, que modelam cada sociedade. As relações dinâmicas e interativas apontam para a constante mutação resultante da dialética das relações entre os grupos sociais e o meio “natural” e construído, implicando um processo de criação permanente que caracteriza culturas, em tempos e espaços específicos (Reigota, 1995).

As consequências das alterações climáticas variam entre as regiões, as gerações, a idade, as classes sociais, os níveis de rendimento, as profissões e o sexo, afetando sobretudo os mais desfavorecidos. As mulheres funcionam como agentes de mudança na gestão dos recursos naturais da comunidade, na inovação, na agricultura e cuidados básicos e têm um papel-chave na adaptação às mudanças climáticas e no desenvolvimento sustentável (Braidotti *et al.*, 1994; OIT, 2009). Há que criar oportunidades, em nível nacional e local, para educar e formar as mulheres no domínio das mudanças climáticas e aproveitar os seus conhecimentos e capacidades de gestão dos recursos naturais quando se elaboram políticas e iniciativas de adaptação e redução das consequências das alterações climáticas. As contribuições dos impactos das mulheres no meio ambiente e no âmbito de projetos de desenvolvimento precisam de estar interligados.

É igualmente importante dar respostas aos desafios colocados pela vulnerabilidade de migrantes urbanos. Os fluxos contínuos de migrantes, refugiados e outros deslocados são um dos fatores que levam ao rápido crescimento das cidades. Muitas destas pessoas vêm de zonas rurais ou pequenas cidades. Embora sejam atraídas para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, elas também migram devido a fragilidades ambientais ou para se adaptar às mudanças climáticas. Estas pessoas forçadas a migrar buscam frequentemente proteção e oportunidades que as cidades podem oferecer, mesmo que terminem vivendo em comunidades carentes superpovoadas ou em bairros periféricos sem os mínimos serviços básicos.

A gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas constituiu uma das grandes preocupações do Conselho da Eu-

ropa e da Comissão Europeia, instituições que lançaram, em 2008, o projeto “cidades interculturais”, de modo a fazerem da cidade um espaço aberto e plural e um lugar privilegiado de diálogo intercultural. A migração ocorre essencialmente do campo para a cidade, o que resulta num aumento sem precedentes de contactos entre as culturas, colocando também sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e ao planeamento urbano (Ramos N., 2008).

Perante tudo isto, é necessário encontrar meios inovadores e sustentáveis para apoiar as pessoas deslocadas e quem as acolhe.

Importância Da Cidadania Empresarial E Responsabilidade Social, Ética E Ecológica No Processo Educativo

As empresas estão no centro do problema ambiental: ao criar e transformar produtos para satisfazer os consumidores, resultam impactos sobre a natureza (poluição e consumo de recursos) e sobre o Homem (agressão à saúde pública e segurança). Torna-se assim necessário introduzir novas tecnologias de processos menos poluentes e compatíveis com a proteção ambiental e criar novas formas de organização na empresa que incorporem o fator ambiente, a qualidade e a segurança no trabalho. Como afirma Winter (1989), é preciso integrar o ambiente através de uma reorganização interna da empresa e de uma reafecção de recursos. O desenvolvimento de normas de ambiente mais restritivas pode encorajar as empresas a adaptar-se a tecnologias menos poluentes e a investir em novos domínios de produção que respeitem o mesmo.

Estamos perante uma mudança na visão e estratégia empresarial que é notada por Porter e Van der Linde (1995): “para evitar incorrer nos mesmos erros, os gestores têm de começar a reconhecer a melhoria ambiental como uma oportunidade económica e competitiva, não como um custo irritante ou uma ameaça inevitável”. Para estes autores, “programas ambientais bem desenhados podem espolpear inovações e baixar o custo total do produto ou melhorar o seu valor”, pelo que o investimento de

muitas empresas em programas ambientais é um aspeto fulcral da sua competitividade.

A necessidade de promover uma melhor coordenação entre empregados e empregadores, no sentido de considerar o impacto dos sistemas de produção, no ambiente e nas condições de trabalho faz-se sentir. Os poderes públicos devem encontrar os meios mais eficazes de regulamentar os comportamentos, a fim de minimizar os custos de gestão e de adaptação das empresas.

É necessário conceber o ambiente na base de uma nova ética, ter em atenção as relações entre empresas e sociedade, a responsabilidade social, cidadania e sustentabilidade empresarial, o que exige a adoção de estratégias que passam pela formação de competências e qualificações técnicas e éticas para a construção de uma consciência de responsabilidade social das empresas e dos cidadãos (Ramos, 2008, 2009). O estudo da responsabilidade social empresarial deve ser entendido como “uma área de interesse inter e multidisciplinar”, para cuja compreensão se torna indispensável mobilizar contributos das mais variadas ciências sociais e humanas, seja a educação, a economia ou a gestão (Puppim de Oliveira, 2008, p. 10). Os conteúdos curriculares incorporam cada vez mais os conceitos e as questões de sustentabilidade e de responsabilidade social.

A cidadania empresarial ou responsabilidade social ganha importância e desperta responsabilidades alargadas na comunidade empresarial e no processo de formação, ultrapassando o contributo para o crescimento da economia e do emprego e abrindo caminho a uma intervenção mais globalizante da gestão empresarial: incentivar o exercício da cidadania, acautelar a dimensão ética dos negócios, participar no desenvolvimento social, cultural e ambiental das comunidades e contribuir ativamente para o reforço da coesão social. A responsabilidade social empresarial (RSE) é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com os públicos com que se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

No Livro Verde *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas* (18/06/2001), a Comissão Europeia define a responsabilidade social empresarial da seguinte forma: “é essencialmente um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (...). Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados” (parágrafo 8).

O Livro Verde da Comissão Europeia (2001) faz uma análise detalhada sobre duas grandes dimensões da responsabilidade social empresarial (RSE): a interna e a externa. A dimensão interna diz respeito aos trabalhadores e, nomeadamente, a questões como o investimento no capital humano, na gestão dos recursos humanos, na saúde e segurança no trabalho, na gestão da mudança e adaptação à mudança (critérios de reestruturações), e incorpora aspetos relativos à gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais. A dimensão externa da RSE incide sobre as comunidades locais, os parceiros comerciais, os fornecedores e consumidores, as autoridades públicas e as ONG, direitos humanos e preocupações ambientais globais.

A necessidade de construir uma Europa Social exige formação em nível da responsabilidade social centrada em diferentes dimensões: aprendizagem ao longo da vida; empregabilidade ativa; prevenção de riscos profissionais; promoção e desenvolvimento sustentado; ecoeficiência; diálogo social; respeito e promoção de um ambiente saudável.

A Carta da Terra, aprovada pelas Nações Unidas em 2002, é uma declaração universal redigida para orientar a humanidade no sentido de uma consciência ambiental e criar uma ética global generalizada, um código de conduta planetário para pessoas e nações, rumo a sociedades sustentáveis. Os seus valores e princípios são os seguintes: respeitar e cuidar a comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e económica; democracia, não-violência e paz.

Economias e Empregos Verdes, Potencial De Crescimento e De Formação

A economia verde é um setor motor de crescimento, criador de emprego e de redução da pobreza, favorecendo o poder de compra e o bem-estar. Os empregos verdes proporcionam trabalho digno e rendimentos que contribuem para um crescimento sustentável da economia. Assistimos a uma tomada de consciência crescente das potencialidades das medidas de proteção e de melhoria do ambiente para a criação de emprego e o desenvolvimento de novas atividades (CE, 1995; Ramos, 1995, 1996, 2000).

O conceito de “emprego verde” (re)emerge no discurso político internacional, não só na perspetiva do setor do ambiente como fonte de emprego, mas integrado numa dinâmica mais vasta de transição para uma economia sustentável ou economia verde, encontrando exemplo nas eco-indústrias, que têm conhecido um grande desenvolvimento nos últimos anos.

Segundo a definição de B. Sousa Santos (2004) na obra, que organizou, *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, “o termo biodiversidade, de facto, designa a diversidade de organismos, génotipos, espécies e ecossistemas, mas também os conhecimentos sobre essa diversidade”¹.

As mais recentes definições de *emprego verde* ultrapassam a lógica de articulação de políticas de emprego com políticas de ambiente e integram os pilares do desenvolvimento sustentável em todas as atividades, ultrapassando as fronteiras estritas da dimensão ambiental, incluindo aspetos de equidade social, eficiência e eficácia económicas, proteção e gestão do ambiente, boa governação e dinâmica institucional.

Os “empregos verdes” têm contribuído para o crescimento e as dinâmicas locais do mercado de trabalho, abrangendo “uma grande variedade de funções na organização do território, desenvolvimento local, economia urbana e industrial, ecologia rural e local, educação e formação dos trabalhadores” (Ramos, 2009, p. 12). O termo *emprego verde* considera tanto os empregos dire-

tos como indiretos: os técnicos que medem a poluição de um rio; as secretárias e o pessoal administrativo das grandes eco-indústrias; o lixeiro; o técnico comercial de uma empresa de despoluição; o jurista especialista em direito ambiental, entre outros.

Assinalamos as novas oportunidades de emprego com o crescimento das atividades económicas associadas ao ambiente (nomeadamente no sector dos resíduos sólidos urbanos) e a necessidade de se definir áreas prioritárias de formação neste domínio (perfis profissionais, perfis de emprego, entre outros) e profissões estratégicas (que se afiguram absolutamente indispensáveis para as transformações tecnológicas e/ou organizacionais) (Ramos, 1995, 1996, 2000).

Associam-se à economia verde um elevado potencial de criação de emprego e uma significativa capacidade de racionalização dos consumos energéticos, procurando organizar as atividades e as infraestruturas no sentido dos melhores resultados em termos naturais e humanos, com redução de emissões nocivas e melhor uso de recursos. Estas preocupações estão por detrás de iniciativas de carácter supranacional, como a estratégia “Europa 2020”, da Comissão Europeia, a “Green Economy Initiative”, das Nações Unidas, e a “Green Growth Strategy”, da OCDE. Em Junho de 2012, a Conferência Rio+20 centrou-se em dois tópicos principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

O projeto ambiental TEEB, da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre “A economia dos ecossistemas e da biodiversidade” chamou a atenção para os benefícios económicos globais da biodiversidade e para os custos crescentes da sua perda e da degradação dos ecossistemas. Segundo as últimas estimativas da ONU, se não forem tomadas as medidas adequadas para travar as tendências atuais de degradação ambiental, os custos dos danos na biodiversidade e nos ecossistemas poderão atingir 18% do PIB mundial em 2050 (Sukhdev *et al*, 2010).

Há que identificar e aplicar programas destinados a apoiar a educação e iniciativas de formação que facilitem o desenvolvimento das competências necessárias

para criar novos empregos verdes (Dias; Ramos, 2010). O mercado de trabalho exigirá diferentes aptidões profissionais, adaptadas às novas realidades da economia verde, pelo que as instituições de formação terão de saber ajustar a sua oferta formativa e desenvolver novos perfis profissionais.

Debatem-se, atualmente, os impactos económicos, socio-culturais, ambientais e locais do “turismo sustentável” e atividades relacionadas. Há que promover o turismo sustentável e o ecorenegócio de diversas formas, respeitando a herança cultural, os recursos naturais, os modos de vida e o desenvolvimento económico e mantendo, ao mesmo tempo, a coesão social e a sua identidade. No turismo, a adaptação às mudanças climáticas modifica a forma de viajar das pessoas, podendo afetar o emprego neste setor, importante polo de criação de postos de trabalho. No turismo, um setor trabalho-intensivo, o crescimento do emprego tem sido superior ao observado nos restantes setores da economia, ainda que muito deste acréscimo se deva a emprego de cariz sazonal. A formação em turismo é uma componente importante da qualificação profissional e deve estar em conformidade com as exigências do desenvolvimento sustentável, que respeite as dimensões ambientais, sociais e culturais. O acesso do profissional a formação superior em turismo *sustentável* é elemento de responsabilidade social das instituições de educação. São notórios os avanços académicos e profissionais que vêm ocorrendo neste setor, com cursos de profissionalização e especialização, estudos de impactos sócio-económico-ambientais e processos de certificação. Com o turismo, sobretudo para as cidades, tem-se registado um aumento sem precedentes de contactos entre as culturas, colocando importantes desafios à formação e qualificação dos recursos humanos na área turística (Araujo, 2011).

É importante conhecer a diversidade dos novos empregos verdes, a sua estabilidade e as condições de trabalho associadas. A importância dos problemas do ambiente, saúde e proteção no trabalho estão presentes nas diferentes regulamentações. A crescente globalização da economia põe o problema da harmonização da regulamentação ambiental em nível regional e internacional, mas também o da consciencialização e educação ambiental a nível global.

Necessidade de Educação, Formação, Gestão Ambiental E Cidadania

Em cumprimento da recomendação feita na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, promovida pela ONU, em Estocolmo, em 1972, foi lançado em 1975, pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). No quadro deste programa, realizaram-se várias reuniões internacionais que culminaram na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (URSS), em 1977, na qual definiu que “a educação ambiental deve ajudar a criar uma consciência de interdependência económica, política e ecológica do mundo moderno, com a finalidade de acentuar o espírito de responsabilidade e de solidariedade entre as nações. Trata-se de um requisito básico para resolver os graves problemas ambientais”. Em 1987, teve lugar em Moscovo o Congresso Internacional UNESCO-PNUMA sobre a educação e a formação relativa ao meio ambiente, de que resultou um documento denominado *Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental*, para o decénio de 1990. Também em 1992, o “Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, produzido na Jornada de Educação Ambiental, durante o Fórum Internacional das ONGs – Rio/92, delimitou princípios básicos de educação para as sociedades sustentáveis e responsabilidades globais.

A educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987).

Em Portugal, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, vem reconhecer a Educação Ambiental (EA) nos novos objetivos de formação dos alunos, definição abrangente a todos os níveis de ensino. A EA desenvolveu-se especialmente durante os anos 90 do século XX, com um conjunto de atividades cívicas e educacionais, assim como determinações governamentais. O Ministério da Educação introduziu gradualmente refe-

rências à educação cívica e educação para a cidadania com carácter transversal, o que tem contribuído para a implementação de projetos de educação ambiental em nível do sistema educativo.

É necessário melhorar a tomada no tocante ao impacto ambiental sobre as condições de vida e de trabalho e a formação. A adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável suscita a pertinência da consciência das relações entre formação, emprego e ambiente. Desde os anos 90 do século XX que chamamos a atenção para a necessidade de reforçar a componente ambiental no sistema educativo e no sistema de formação para a preparação dos agentes indispensáveis à implementação e desenvolvimento da política ambiental em Portugal (quadros da administração pública, membros do poder local, empresários, entre outros) (Ramos, 1995, 1996, 2000).

Ao discutirmos sobre a necessidade da dimensão ambiental como uma importante característica da formação profissional, enfatizamos a necessidade da interação de temas relativos ao meio ambiente nos currículos escolares e académicos, atendendo não só à exigência do mercado de trabalho, mas principalmente como função inerente a uma formação holística que se relaciona diretamente com o exercício da cidadania (Ramos, 2008, 2009).

É importante discutir as questões ambientais aliadas à necessidade de se construir uma nova visão do mundo e do processo educativo, elucidando os princípios da educação ambiental na formação da cidadania (Araujo; Ramos, 2011). Uma educação ambiental para a cidadania deve proporcionar a compreensão individual e coletiva de como se processa o modo de vida das pessoas, no contexto de uma determinada formação histórico-social, e contribuir para a solução de problemas concretos que afetam o meio ambiente, assim como motivar o cidadão a assumir uma postura crítica frente à realidade.

“A médio e longo prazos, a chave central desse futuro sustentável da política de ambiente passa, sem nenhuma dúvida, pelo entendimento da Educação Ambiental como elemento decisivo da competência cívica do nosso tempo: nos dias que correm não se pode ser

cidadão sem algumas competências ambientais mínimas. Trata-se de uma outra e nova forma de alfabetização” (Soromenho-Marques, 1998, p.104).

A escola constitui-se num espaço com potencialidade estratégica, capaz de articular diferentes saberes, sistematizando uma nova cultura, uma ecopedagogia ou pedagogia da sustentabilidade, o que remete para a emergência do “ecoprofessor”, capaz de educar para a construção da cidadania planetária (Gutiérrez; Prado, 1999).

A educação ambiental apresenta maior vitalidade nos anos iniciais de formação, adquirindo papel estratégico na educação de jovens e adultos como protagonistas no processo de transição para uma sociedade sustentável (Schmidt, Nave e Guerra, 2010). Em Portugal, identifica-se uma forte presença das Organização **não-Governamentais do Ambiente – ONGAs, tanto em relação à educação não formal, como à educação formal.**

No que se refere ao meio ambiente e educação ambiental, estudando os casos das universidades portuguesas e brasileiras, observamos que em Portugal e no Brasil a temática ambiental chega ao ensino superior de forma bastante difusa, não se constituindo ainda em projetos institucionais de inserção da educação ambiental, mas antes em projetos de inserção de disciplinas relacionadas com o meio ambiente em cursos de graduação e pós-graduação ou de oferta de cursos específicos da área ambiental, respondendo a necessidades da realidade económica e preterindo a formação cidadã (Batista; Ramos, 2011).

Existe no entanto um esforço institucional para o desenvolvimento de um processo de sensibilização das questões ambientais nos espaços académicos, o que é visível, por exemplo, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), onde medidas importantes, como a reciclagem de resíduos sólidos, vêm sendo adotadas com o envolvimento da comunidade académica ou de sensibilização dos alunos e da comunidade educativa para esta problemática, como ilustra o projeto *FEP Solidária*. Estas preocupações estendem-se aos estudantes da Universidade do Porto. Num recente concurso de negócios sociais (Abril 2012), os estudantes foram incentivados a desenvolver um plano de negócio social a ser implementado na

região. Ganhou o projeto “Separar para ganhar, do plano à prática”, consistindo em remunerar os particulares que decidam separar e entregar o lixo reciclável. As escolas, associações e outras entidades coletivas poderiam receber determinado valor monetário por separar o lixo e entregá-lo à empresa idealizada. Ao existir um incentivo monetário, o incremento da separação dos resíduos seria muito maior e traria benefícios a vários níveis. Ganhou a ideia, a análise económica do negócio e a sustentabilidade das conclusões, vencendo o projeto que alia a componente social à geração de receitas e lucros. Dentro dos critérios, estiveram a implementabilidade do modelo, a pertinência, o impacto socioeconómico, a criatividade e inovação.

É preciso assinalar a importância das atividades de natureza pedagógica na responsabilidade social das universidades e enfatizar as responsabilidades relativas ao plano pedagógico dos universitários. Na universidade, forma-se simultaneamente o profissional e o cidadão que atuará na sociedade, nas empresas e noutros tipos de organizações, sendo necessário desenvolver as capacidades dos estudantes para que sejam futuros geradores de sustentabilidade nos negócios e na sociedade e trabalhem por uma economia global inclusiva e sustentável (United Nations Global Compact, 2008). Nas questões de ambiente e transversalização curricular, há que atender às experiências dos alunos, consideradas essenciais para a sua capacitação e *empowerment* no domínio ambiental.

É necessário integrar a compreensão das questões ambientais nos programas escolares e universitários e faz falta formação permanente para o grande público, dinamizadores do setor rural, técnicos, engenheiros e outros recursos humanos que trabalham nas empresas, autarquias e administração pública (Ramos, 1995, 1996, 2000, 2008, 2009). Deste modo, a formação de estudantes, professores, pesquisadores e outros profissionais pode permitir à universidade desenvolver um papel ativo na formação de pessoas qualificadas em relação ao tema meio ambiente, sendo que a formação profissional em Portugal, na área do ambiente e desenvolvimento sustentável, é ainda insuficiente.

Considerações Finais

A necessidade de uma educação centrada nas questões ambientais tem a sua origem nos problemas ecológicos e sociais, expressos nas condições e qualidade de vida a que a maioria da população está submetida. A escola não é o único, mas é um dos principais locais para esse desafio. A educação ambiental procura desenvolver a consciência e a participação do cidadão ao nível nacional, mas também planetário, procura torná-lo apto a enfrentar diferentes situações em contextos sociais e culturais diversos, pois o cidadão bem formado poderá ser peça-chave na consolidação de um desenvolvimento sustentável.

As “economias verdes” associam-se a um conjunto de atividades com preocupações de sustentabilidade e objetivos de desenvolvimento que promovam valores cooperativos e solidários, capacidades educativas, cívicas e organizacionais, lógicas inclusivas de equidade e de justiça social, relações sociais mais equilibradas e novos saberes. A preservação ambiental não está dissociada do modelo económico e da ética a que estamos submetidos.

A capacidade de apontar novos caminhos para o modo de organização social que consome os recursos naturais do planeta está associada à competência de desenvolvermos tomadas de decisão baseadas na consciência da realidade planetária. Há necessidade de um desenvolvimento sustentável local, mas também global, na procura de uma melhoria sistémica planetária. A problemática ambiental, para que melhor se compreenda, requer uma visão holística, sistémica e interdisciplinar dos factos que a desencadeiam como forma de perceber a sua extensão e complexidade. A sustentabilidade planetária implica um conjunto de transformações sociais, económicas, políticas, ambientais e culturais.

A Declaração do Milénio, adotada em 2000 por 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, lançou um processo decisivo de cooperação global e aprovou os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio para a comunidade internacional, que deverão ser atingidos até 2015 (ONU, 2000). Um dos objetivos visa garantir a sustentabilidade ambiental: integrar os princípios do

desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais; reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável e melhorar significativamente, até 2020, a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes em bairros degradados. Outros objetivos visam erradicar a pobreza extrema e a fome, assim como criar uma parceria global para o desenvolvimento.

A promoção da pluridisciplinaridade constitui uma etapa importante para a melhoria da prevenção dos riscos ambientais. A participação dos especialistas das diferentes ciências humanas e sociais e o diálogo entre diferentes saberes e práticas são essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, havendo ainda muito a fazer, nomeadamente nos domínios da consciencialização ambiental, da educação e da formação. É necessário conjugar também as diferentes políticas e cooperação interinstitucional, isto é, os esforços dos diferentes níveis da administração pública e ministérios (Ambiente, Educação, Emprego, Economia, Agricultura, entre outros).

As políticas ativas de emprego e o sistema educativo devem instaurar programas específicos de formação, a fim de responder às novas competências necessárias na área ambiental e cívica. A educação ambiental tem por alicerce o respeito à vida e a cidadania. A inserção das questões ambientais no processo educativo requer uma prática, nos espaços formais e não formais, que promova o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que permitam ao cidadão e ao educador agir ativamente na sociedade e no bom desempenho da sua profissão. As questões do ambiente exigem a adoção de estratégias que passam pela formação de competências e qualificações técnicas e éticas para a construção de uma consciência da responsabilidade social das empresas, das organizações e dos cidadãos.

É necessário um novo paradigma socioeconómico, uma economia multidimensional que reconheça a paridade entre os diferentes pilares do desenvolvimento sustentável, em que os bem-estares social, económico, ambiental e cultural são inseparáveis, para construir um mundo mais igualitário, culturalmente diverso,

ecologicamente viável e competente do ponto de vista das respostas cívicas e educacionais.

Notas

¹ SANTOS, B. Sousa; MENEZES, M. P. G.; NUNES, J. Arriscado. "Para ampliar o cânone do reconhecimento, a diversidade epistemológica do mundo". In Santos, 2004, vol. 4, p. 51.

Referências Bibliográficas

- Adams, W. A. Green development theory: Environmentalism and sustainable development. In CRUSH, J. (Ed.) **Power of development**. London: Routledge, 1995.
- ALMEIDA, A. **Educação ambiental. A importância da dimensão ética**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- ARAUJO, D. F. A. Formación Profesional en Turismo e Inserción en Mercado Laboral: Un estudio de caso del Polo Turístico Salvador/Bahia, Brasil y su Entorno. Estudios e Perspectivas en Turismo. Volumen 20, Revista CIET, 2011, Buenos Aires.
- ARAUJO, M. Inêz Oliveira; SOARES, M. José Nascimento (Orgs.) **Educação ambiental**. Aracaju: Editora Criação, 2010.
- ARAUJO, M. Inêz Oliveira; RAMOS, M. Conceição Pereira. A educação ambiental e seu papel na formação da cidadania. In ANAIS Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste XX EPENN, Educação, Culturas e Diversidades. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 23-26/8/2011.
- BATISTA, M. Socorro Silva; RAMOS, M. Conceição Pereira. Desafios da educação ambiental no ensino superior – das políticas às práticas no Brasil e em Portugal. In **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), 26-29/4/2011 (www.anpae.org.br/simposio2011).
- BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BRAIDOTTI, R.; CHARKIEWICZ, E.; HAUSLER, S.; WIERINGA, S. **Women, the environment and sustainable development: towards a theoretical synthesis**. London: Zed Books with In straw, 1994.
- CASTLES, S. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**. Lisboa: Ed. Fim de Século, 2005.

- COMISSÃO EUROPEIA. **Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Livro Verde.** Bruxelas, 2001 (COM-2001-366).
- COMMISSION EUROPÉENNE. **L'emploi en Europe.** Luxembourg : Publications des CE, 1995.
- DIAS, G. Prata; RAMOS, T. B. (Coord.). **Estudo sobre empregos verdes em Portugal.** Lisboa: GEP, MTSS, col. Cogitum, n.º 35, 2010.
- EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURAS. **Educação e ambiente. Temas transversais.** N.º 21, 2003, CIE, Porto: Afrontamento.
- GEMENE, F.; BRUCKER, P.; GLASSER, J. (Ed.). **The state of environmental migration (SEM) 2010**, Study n.º 07/2011, décembre, IDDRI/OIM, 2011.
- GUEVARA, A. J. Hoyos *et al.* (Orgs.). **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária.** São Paulo: Cortez, 1999.
- HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, vol. 22, n.º 2, p. 323-338, Jul/Dez. 2005 <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a08.pdf>
- IOM. **Migration and climate change: assessing the evidence.** Geneva: International Organization for Migration, 2008.
- IOM. **Migration, environment and climate change: assessing the evidence.** Geneva: International Organization for Migration, 2009.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- LOBINO, M. G. Ferreiro. **A praxis ambiental educativa: diálogo entre diferentes saberes.** Vitória: EDUFES, 2007.
- LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002.
- MCLEMAN, R.; SMIT, B. Migration as an adaptation to climate change. **Climate Change**, vol. 76, p. 31-53, may 2006.
- MENDES, A. Carvalho; PROST, M. Th.; CASTRO, E. (Orgs.). **Ecosistemas amazônicos – dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais.** Belém: FAPESPA, 2011.
- MOTA, I. *et al.* **Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável 2005/2015.** Lisboa: Pandora, 2005.
- MUELLER, Ch. C. **Os economistas e as relações entre o sistema económico e o meio ambiente.** Brasília: UNB, 2007.
- NETO, A. Cabral; FILHO, F. D. Macedo; BATISTA, M. S. Silva (Orgs.). **Educação ambiental.** Brasília: Liber Livro Editora, 2010.
- OCDE. **L'Éducation à l'environnement pour le XX^e siècle.** Paris: OCDE, Centre pour la recherche et l'innovation dans l'enseignement, 1995.
- OECD. **Towards green growth.** Paris: OECD, 2011.
- OIT. **Green jobs. Facts and figures.** Geneva: International Labour Organization, 2008.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Empregos verdes: melhorar o clima também para promover a igualdade de género.** Genebra: BIT, 2009.
- ONU. **Objectivos do desenvolvimento do milénio.** Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2000 (www.onu.org).
- PASSET, R. **L'économie et le vivant.** Paris: Payot, 1979.
- PASSET, R. L'économie: des choses mortes au vivant. In **Encyclopédia Universalis**, vol. Symposium les enjeux, 1985, p. 831-841.
- PATRÍCIO, O. Educação ambiental – Riscos e prevenção. In **Seminário Internacional Educação, Desenvolvimento e Culturas - Perspetivas Interdisciplinares e Transnacionais.** Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 02/03/2010.
- PHILLIPE, JR, Arlindo ; PELICIONI, M. C. Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade.** São Paulo: Manole, 2005.
- PIGUET, E.; PÉCOUD, A.; GUCHTEIEIRE, P. **Migration and climate change.** Cambridge: University Press/UNESCO Publishing, 2011.
- PORTER, M.; VAN der LINDE, C. Green and competitive. Ending the stalemate. **Harvard Business Review**, p. 120-134, 1995.
- PUPPIM de OLIVEIRA, J. A. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2008.
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Promoção dos recursos humanos no ambiente. In Seminário **O Emprego, as Relações Industriais e o Ambiente.** Rede IRENE (Industrial Relations and Environment Network Europe). Lisboa: APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais), 06/07/1995.
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Desenvolvimento de oportunidades de formação e de emprego no setor. In Encontro Nacional **Resíduos Sólidos Urbanos - Tecnologia e Gestão.** Lisboa: APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais), 20-21/06/1996a.
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Emploi, formation et politiques de travail pour l'environnement. In Colloque International **Ecologie, Société, Economie.** Paris: Centre Économie et Ethique pour l'Environnement et le Développement, Université de Versailles, 23-25/05/1996b.
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Locurile de muncă, pregătirea profesională și politicile privind munca pentru mediul inconjurător. **Economistul**, Bucureste, n.º 617, suplimento n.º 186, p. I-IV, 2000.
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Training, employment and new competences for a sustainable development. **Review of International Comparative Management**, n.º 9, vol. 2, p. 15-32, 2008.
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Questions de l'environnement et contemporanéité. **Contemporanea – Revista de Comunicação e Cultura –** vol. 7, n.º 1, 2009, 24 p., UFBA, <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3601/2669>
- RAMOS, M. Conceição. Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. Revista **Laboreal**, 7, (1),

- p. 81-104, 2011a, <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223533894:245552>
- RAMOS, M. Conceição Pereira. Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. In ALCOFORADO, L. *et al.* **Educação e formação de adultos – Políticas, práticas e investigação.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011b, p. 259-270.
- RAMOS, Natália. A diversidade cultural da cidade : problemas e desafios. In RUBIM, L; MIRANDA, N. (Orgs.). **Transversalidades da cultura.** Salvador: EDUFBA, 2008, p. 133-179.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.
- SAINT MARC, Ph. **L'économie barbare.** Paris: Frison Roche, 1994.
- SANTOS, B. Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Porto: Afrontamento, 2003.
- SANTOS, B. Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Porto: Afrontamento, 2004.
- SCHMIDT, L; NAVE, J. Gil; GUERRA, J. **Educação ambiental.** Lisboa: ICS, 2010.
- SOROMENHO-MARQUES, V. **O futuro frágil. Os desafios da crise global do ambiente.** Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998.
- SUKHDEV, P. *et al.* **A economia dos ecossistemas e da biodiversidade. Integrando a economia da natureza. Uma síntese de abordagens, conclusões e recomendações do TEEB.** Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2010.
- UNEP, ILO, IOE, ITUC. **Green jobs: towards decent work in a sustainable, low-carbon world. Policy messages and main findings for decision makers.** Nairobi: United Nations Office, 2008.
- UNESCO. **Environmental education.** Geneva: UNESCO – UNEP International Environmental Education Programme, 1990.
- UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Principles for responsible management education PRME – A global initiative, a global agenda.** United Nations Global Compact Office, 2008.
- UZAWA, H. Instituições, desenvolvimento, ambiente. In SILVA, M. e outros. **Aspectos sociais e éticos da economia.** Lisboa: Comissão Nacional Justiça e Paz, 1994, p. 155-170.
- VIVIEN, F.-D. **Économie et écologie.** Paris: La Découverte, 1994.
- WCED. **Our common future,** World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987 (Brundtland Report).
- WELFORD, R. **Environmental strategy and sustainable development: the corporate challenge for the 21st century.** London: Routledge, 1995.
- WINTER, G. **Entreprise et environnement, une synergie nouvelle.** Paris: Ediscience international, 1989.
- WORLD BANK. **Resettlement and development: the bank wide review of projects involving involuntary resettlement 1986-1993.** Washington: World Bank/Environment Department, 1994.